



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2021

ARP nº 02/2021

PROCESSO nº 0000253-28.2020.6.22.8000 - SEI

PREGÃO ELETRÔNICO nº 01/2021.

A **UNIÃO**, através do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, com sede à Avenida Presidente Dutra, nº. 1889, Baixa União, CEP: 76.805-859, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, por intermédio de sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 294.893-SSP/RO e CPF nº. 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR**, **RESOLVE**, nos termos da Lei 8.666/1993 e do Decreto 7.892/2013, em face das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico supramencionado, **REGISTRAR O PREÇO DO(S) PRODUTO(S) ABAIXO DISCRIMINADO(S)**, conforme descrito no Anexo I do Edital de Pregão respectivo, da licitante **MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº. **04.198.254/0001-17**, com sede no SHN, Quadra 1, Conjunto A, Bloco A, Entrada A, Ed. Le Quartier, sala 803, Asa Norte. Brasília/DF. CEP 70.701-000, Telefone(s): 61 3031-0000, 61 3031-0001, 61 3326-4160 e 61 98184-8829. E-mails: mcr@mcrsoftware.com.br, neste ato representada pela senhora **MÁRCIA CAETANO DA SILVA**, brasileira, portadora do RG nº. **1.862.366 – SSP/DF** e CPF nº. **698.295.511-72**, doravante denominada simplesmente **ADJUDICATÁRIA**, conforme segue:

1 Ficam registrados para os itens abaixo especificados os seguintes preços:

Item da ARP	Descrição	Qtd	Valor Unitário (R\$)	Total (R\$)
-------------	-----------	-----	----------------------	-------------



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

01 (Lote Único)	Aquisição de Assinatura de licenças de uso do Software Adobe Creative Cloud for Teams – All APPS, incluindo os softwares Adobe Premiere e Adobe Photoshop, por 36 (trintas e seis) meses. Marca: Adobe	7	13.859,00	97.013,00
Valor total da ARP em R\$				97.013,00

2. No Anexo I do instrumento convocatório são apresentados os quantitativos estimados de aquisição, os quais serão adquiridos de acordo com a necessidade e conveniência do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, mediante a expedição de Notas de Empenho de Despesa.

3. As quantidades dos materiais que vierem a serem adquiridas serão definidas nas respectivas Notas de Empenho.

4. Os softwares deverão ser apresentados por meio de download ou acessível na nuvem, em link direto, próprio, com chave de segurança exclusiva para o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos**, contados a partir do recebimento da nota de empenho, e observadas as demais condições constantes no Termo de Referência respectivo.

5. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica - ou por outros meios previstos na legislação de licitações -, para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

6. A presente Ata de Registro de Preços tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação no órgão oficial da Administração, não podendo ser prorrogada.

7. No TRE-RO, a gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo titular da Seção de Suporte Especializado - SESUE, ou por seus respectivos substitutos, em suas ausências (Email: sesue@tre-ro.jus.br e Telefone: (69) 3211-2078)

8. Não houve adesão ao cadastro reserva desta Ata de Registro de Preços.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

E, por estarem assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme foi assinado pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho-RO, 23 de março de 2021.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo TRE-RO Órgão Gerenciador	MÁRCIA CAETANO DA SILVA Pela Adjudicatária Fornecedor
<i>Fábia Maria dos Santos Silva</i> CPF: 567.849.102-49 Testemunha	<i>Aldací Souza Mota</i> CPF: 326.504.772-53 Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **MARCIA CAETANO DA SILVA, Usuário Externo**, em 23/03/2021, às 14:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 23/03/2021, às 16:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 23/03/2021, às 17:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 23/03/2021, às 17:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0000253-28.2020.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Comunicação Social (SECOMS)

ASSUNTO: **Análise final de processo licitatório** – Pregão Eletrônico nº 01/2021 – SRP – Formação de Registro de Preços – Contratação de pessoa jurídica para eventual aquisição de assinatura de uso de software.

PARECER JURÍDICO Nº 9 / 2021 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação (SEGOVTIC), com o objetivo de eventual **aquisição de licença de uso de software para edição de imagens e vídeos**, por via Sistema de Registro de Preços, a fim de atender as necessidades deste TRE/RO, solicitação reproduzida no Documento de Oficialização da Demanda nº 0496510/2020 - PRES/DG/STIC/CSCOR/SEGOVTIC ([0496510](#)).

02. Após regular tramitação, vieram os autos a esta Assessoria Jurídica para a análise da minuta do edital e seus anexos ([0639259](#)), o qual logrou aprovação desta unidade, conforme Parecer Jurídico nº 292/2020 - PRES/DG/AJDG ([0644111](#)), convertendo em Edital de Pregão Eletrônico SRP nº 01/2021 ([0649080](#)).

03. Os documentos comprobatórios de divulgação do referido Edital foram juntados no evento [0649081](#). Foi apresentado um pedido de esclarecimentos devidamente respondido pelo pregoeiro que não alterou as cláusulas do Edital ([0652365](#) e [0652702](#)). Não houve impugnação ao edital.

04. Na sequência, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) Relatório de propostas - Comprasnet ([0652229](#));

b) Proposta da empresa RM NOTEBOOK, CNPJ nº 21769908/0001-34 ([0654119](#) e [0654120](#));

c) Solicitação nº 4/2021 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0654121](#)), requisitando manifestação técnica quanto à aceitabilidade da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

proposta apresentada, bem como sua respectiva resposta na Manifestação nº 1/2021 – PRES/COPRESI/SECOMS ([0654861](#));

d) Documentos de habilitação da licitante RM NOTEBOOK ([0655087](#));

e) Ata do certame ([0655088](#));

f) Intenção de recurso das empresas MAPDATA ([0655424](#)) e MRC Sistemas ([0655425](#));

g) Razões de recurso das empresas MAPDATA ([0655426](#)) e MRC Sistemas ([0655427](#)) e,

h) Contrarrazões de recurso da empresa RM NOTEBOOK ([0658027](#)).

05. Em análise preliminar aos recursos ([0662965](#)) o pregoeiro reconheceu que não foi oportunizado à empresa RM NOTEBOOK, 1ª colocada no certame, o prazo para a regularização da sua certidão vencida junto a fazenda nacional, a dita empresa foi habilitada com irregularidade, e, ainda, tendo em vista que administração tem o dever de rever os atos quando irregulares e passíveis de serem sanados, entendeu pelo retorno à fase de habilitação para sanar a irregularidade detectada. No entanto argumenta que o retorno para a fase de habilitação no sistema só seria possível com o julgamento fictício dos recursos, única forma técnica de sanar o procedimento, conquanto, sem o julgamento do mérito dos recursos. Prosseguiu o pregoeiro fixando nova data e horário para a reabertura do certame.

06. Retornando a fase de habilitação, sem a apresentação da certidão de regularidade fiscal da empresa RM NOTEBOOK, 1ª colocada, a empresa MRC SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA, 2ª colocada, foi habilitada ([0665703](#)) após a manifestação da unidade técnica solicitante da contratação ([0665681](#)).

07. Na continuidade o Pregoeiro trouxe aos autos Ata Complementar do certame ([0665812](#)) e o Resultado por Fornecedor ([0665872](#)). O sistema não permitiu que o pregoeiro efetivasse a **adjudicação do objeto a empresa MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA**, o pregoeiro relata que o sistema só possibilita a adjudicação do objeto pela autoridade superior competente, com isso ficou prejudicado a publicação do resultado da Licitação nos meios próprios.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

08. Por fim, em seu Relatório n. 2/2021 - PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0665898](#)), o pregoeiro relata as principais ocorrências da competição. Assim instruídos, vieram os autos para análise desta Assessoria Jurídica (0666453). **É o necessário relato.**

II – ANÁLISE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2021

09. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 4º, inc. V, da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19, dando-se a devida divulgação dos avisos de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no citado Decreto.

10. Nas publicações dos avisos ([0649081](#)), constam a definição do objeto e a indicação do local, dia e horário em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 4º, inc. II, da Lei nº 10.520/2002.

11. Passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos e as principais ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

a) Pedidos de esclarecimento e impugnação ao Edital: Foi apresentado 1 pedido de esclarecimento devidamente respondido pelo pregoeiro ([0652365](#) e [0652702](#)). Não houve impugnação.

b) Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital: Não houve.

c) Lances: Os lances estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0653339](#)) e na Ata de Realização do Pregão Eletrônico ([0655088](#)) e na Ata Complementar do certame ([0665812](#)). Não houve recusa de lances.

d) Item deserto: Não houve.

e) Cancelado na aceitação: Não houve.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

f) Fase de negociação/ aceitação: Nesta fase, o Pregoeiro negocia com as licitantes, via Sistema Eletrônico – *chat* -, a redução do lance ou da proposta mais vantajosa, na tentativa de obter preço ainda melhor, observado o critério de julgamento. As ocorrências estão registradas no item 5.3 do Relatório do pregoeiro ([0665898](#)), cuja justificativa demonstra a aplicação acertada e objetiva dos critérios de aceitação de proposta estabelecidos no instrumento convocatório. Destaca-se a atuação do responsável técnico da unidade (SECOMS), no ato de classificação e aceitação dos itens ([0654861](#) e [0665681](#)).

g) Fase de habilitação: Com a inabilitação da empresa 1ª colocada - RM NOTEBOOK, por ausência de apresentação de comprovante de regularidade junto à Receita Federal ([0655087](#)), o pregoeiro habilitou para o item do certame a empresa 2ª colocada - MRC SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA, CNPJ n. 04.198.254/0001-17 ([0665703](#)).

h) Recurso: Os recursos das empresas MCR SISTEMAS E CONSULTORIA ([0655427](#)) e MAPDATA TECNOLOGIA INFORMÁTICA E COMÉRCIO LTDA ([0655426](#)) foram conhecidos ante o preenchimento dos pressupostos recursais, todavia o mérito deixou de ser apreciado pelo pregoeiro devido a constatação de que a empresa vencedora estava irregular junto à Receita Federal, atendendo ao **item 11.8 do edital**. Registra-se que a empresa recorrida – RM NOTEBOOK apresentou contrarrazões.

12. O pregoeiro informa a partir do item 6.1 de seu Relatório ([0665898](#)) que, por questões técnicas atinentes ao sistema Comprasnet, para retornar a fase de habilitação foi necessário julgar procedente os recursos no sistema Compranet, resguardando o direito da ME/EPP a concessão de prazo para sanar a irregularidade na sua certidão da Receita Federal e só após abrir nova fase recursal.

13. Oportunizado a empresa RM NOTEBOOK os prazos recursais, mesmo assim a empresa não apresentou a atualização de sua certidão de regularidade com a Receita Federal.

14. Diante das ocorrências apresentadas, o pregoeiro entendendo por nulos os atos praticados a partir do momento em que declarou vencedora empresa irregular, saneou os atos praticados, não conheceu os recursos apresentados.

15. Dessa feita, a empresa MRC SISTEMAS E CONSULTORIA, 2ª colocada, teve sua proposta aceita e foi habilitada, sangrando-se vencedora do certame. Após, todos os licitantes foram convidados a manifestar, no prazo de trinta minutos, as suas intenções para



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

recorrer. Não houve registro de intenção de recurso em relação à habilitação da empresa MRC SISTEMAS E CONSULTORIA.

16. Em relação a adjudicação do objeto a empresa vencedora, diante da existência do registro de recurso no sistema, a adjudicação do objeto caberá a autoridade superior, e a publicação se dará após o retorno dos autos a Seção de Licitações e Compras.

17. De primeiro, oportuno informar que a fase recursal do pregão, seja ele eletrônico ou presencial, inicia-se ao término da sessão, quando ocorre a declaração do vencedor por parte do pregoeiro, antes do ato da adjudicação. Trata-se de uma declaração divulgada na própria sessão pública, não havendo necessidade de publicação na imprensa oficial, nos termos do § 1º do artigo 109, da Lei nº 8.666/93.

18. Andou bem o pregoeiro ao disponibilizar aos demais licitantes toda a documentação relativa à proposta e à habilitação a fim de possibilitar a interposição de recurso e a fundamentação desses, nesse sentido Acórdão -TCU Plenário nº 339/10.

19. Também avaliou de forma correta o juízo de admissibilidade, levou em consideração a presença dos pressupostos recursais (sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação), sem adentrar no exame prévio do mérito do pedido (Acórdão TCU-Plenário nº 2627/13).

20. Foi oportunizado a todos os licitantes interessados contraditar os termos das peças apresentadas, de forma a garantir a observância do devido processo legal e do contraditório, nos termos do inciso XVIII, artigo 4º, da Lei nº 10.520/02.

21. Destaca-se que houve a manifestação da unidade técnica demandante, oportunidade em que analisou todos os pontos alegados pelas recorrentes, já citados no item 15 deste opinativo ([0654861](#) e [0665681](#)).

22. O recurso foi conhecido pelo Pregoeiro, posto que tempestivo e adequado, contudo a decisão atacada estava eivada de vício de nulidade – empresa declarada habilitada com certidão irregular – contudo, para sanar o defeito, o pregoeiro declarou nula a sua decisão.

23. Destaca-se que o pregoeiro agiu corretamente, dentro do seu espectro de competência, declarou a invalidade de seu ato, pautando nos princípios que norteiam os atos administrativos. A decisão do pregoeiro também levou em consideração o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, que possui extrema relevância, na medida em que vincula não



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

só a Administração, como também os administrados às regras nele estipuladas.

24. Dessa feita, em se tratando de regras constantes de instrumento convocatório, deve haver vinculação a elas. É o que estabelecem os artigos 3º, 41 e 55, XI, da Lei nº 8.666/1993, *in verbis*:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

[...]

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexistiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor; grifos acrescidos

25. Trata-se, na verdade, de princípio inerente a toda licitação e que evita não só futuros descumprimentos das normas do edital, mas também o descumprimento de diversos outros princípios atinentes ao certame, tais como o da transparência, da igualdade, da impessoalidade, da publicidade, da moralidade, da probidade administrativa e do julgamento objetivo.

26. A Corte de Contas observa que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração e o licitante a observarem as regras e condições previamente estabelecidas no edital, vejamos o Acórdão TCU 4091/2012 – Segunda Câmara:

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO. EXIGÊNCIA DE ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA EM PERCENTUAL MÍNIMO DE 50% PARA TODOS OS ITENS LICITADOS. ILEGALIDADE. ACEITAÇÃO DE ATESTADOS DOS VENCEDORES EM DESACORDO COM O PRÓPRIO EDITAL. MALFERIMENTO DOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. APLICAÇÃO DE MULTA AOS RESPONSÁVEIS. DETERMINAÇÕES. PEDIDO DE REEXAME. CONHECIMENTO. NEGATIVA DE PROVIMENTO

27. Vê-se, portanto, que a decisão do Pregoeiro seguiu fielmente as regras do edital de pregão em relação à solução dos fatos, do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contrário correria o risco na ilegalidade e nulidade do procedimento licitatório.

28. É importante registrar que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, bem como **transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados nas Atas das Sessões Públicas ([0655088](#) e [0665812](#)).

29. Nessa linha de reflexão, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da legislação correlata ao pregão e da Lei nº 8.666/93, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

30. Observa-se que os prazos recursais se encontram vencidos pela preclusão temporal, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei nº 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de manifestação recursal contra os atos do Pregoeiro, **hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado à vencedora.**

III – CONCLUSÃO

31. Por todo o exposto, esta Assessoria Jurídica opina pela:

a) adjudicação do objeto em favor da empresa MRC SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA., CNPJ Nº 04.198.254/0001-17, já que demonstrado nos autos condições para contratação com o setor público e,

b) homologação do certame pela autoridade competente, com fundamento no art. 4º, XXI e XXII da Lei nº 10.520/02.

32. Vale lembrar que, após a decisão da autoridade superior, os autos devem retornar ao Pregoeiro para publicação do resultado do certame no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral e juntada do comprovante aos autos.

A consideração da autoridade competente.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 09/03/2021, às 11:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0000253-28.2020.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação (SEGOVTIC)

ASSUNTO: Pregão Eletrônico nº 01/2021 – SRP – Formação de Registro de Preços – Contratação de pessoa jurídica para eventual aquisição de assinatura de uso de *software* - Homologação.

DESPACHO Nº 275 / 2021 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação – SEGOVTIC, com o objetivo de eventual **aquisição de licença de uso de software para edição de imagens e vídeos**, por via Sistema de Registro de Preços, a fim de atender as necessidades deste TRE/RO, solicitação reproduzida no Documento de Oficialização da Demanda nº 0496510/2020 - PRES/DG/STIC/CSCOR/SEGOVTIC ([0496510](#)).

Depois de realizado o Pregão Eletrônico SRP nº 01/2021 ([0649080](#)), vieram os autos a esta Diretoria-Geral, para análise final do processo licitatório, com vistas a sua homologação.

Houve 1 (um) pedido de esclarecimento, devidamente respondido e publicizado ([0652702](#)). Não houve impugnação ao edital.

Na sequência, vieram aos autos os documentos extraídos do certame, dentre eles a Ata do Pregão Eletrônico ([0655088](#)).

Cumpridas as fases de julgamento de propostas e habilitação, o Pregoeiro, num primeiro momento, declarou que a empresa RM NOTEBOOK (CPNJ 21.769.908/0001-34) foi habilitada. Contudo, posteriormente, a referida empresa foi inabilitada pela ausência de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

apresentação de documento idôneo que comprovasse a regularidade fiscal perante a Receita Federal do Brasil, conforme detalhado no item 6 do Relatório do Pregoeiro ([0665898](#)).

Na fase recursal, houve registro de 2 (duas) intenções de recursos em razão da habilitação da empresa RM NOTEBOOK, pelas empresas MCR SISTEMAS E CONSULTORIA e MAPDATA TECNOLOGIA INFORMÁTICA E COMÉRCIO LTDA. que apresentaram seus recursos ([0655426](#) e [0655427](#)), alegando, em síntese:

MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA - A empresa vencedora do certame está impossibilitada de fornecer o objeto da licitação, pois a política de comercialização da Adobe, fabricante do software objeto do certame, só permite vendas autorizadas governo. Ou seja, apenas Vendas autorizadas pela Adobe que tenham a Especialização em Governo podem fornecer produtos Adobe a qualquer Órgão de Governo e Instituições de Ensino Públicas, conforme comunicado oficial do fabricante, datado de 2017 e ratificado até 04 de julho de 2021, obtido no endereço a seguir: <https://spark.adobe.com/page/XpttfcU6IUT3D/>. Além disso, ressalta que Microempresas individuais – MEIs, Empresas de Pequeno Porte – EPPs e Microempresas são inelegíveis para obter a referida licença e, portanto, para venderem para o Governo. Por fim, conclui que a empresa vencedora do certame não se encontra na lista da fabricante e, diante deste fato, a empresa não poderá cumprir com a entrega do produto.

MAPDATA TECNOLOGIA INFORMÁTICA E COMÉRCIO LTDA - A empresa vencedora do certame não é mencionada no site e/ou documentos da ADOBE como revenda autorizada a fornecer softwares para órgãos governamentais. Esclarece que somente empresas credenciadas, capacitadas e autorizadas podem fornecer licenças do domínio ADOBE para qualquer órgão público. E conclui informando que no site do Fabricante ADOBE (<https://spark.adobe.com/page/XpttfcU6IUT3D/>) é possível averiguar as informações citadas acima.

Em contrarrazões ([0658027](#)), a licitante RM Notebook – ME aduz que "(...) em resposta a referida empresa que o produto licitado no item 1 do edital, não é há uma única empresa representante autorizada pelo fabricante a ser comercializado e vendido, há diversas empresas fornecedoras do software pretendido pelo órgão contratante nesse certame, sendo nossa empresa capaz de cumprir com a entrega do item. Buscamos dentro do edital e não há nenhum termo que impeça a subcontratação do item junto a uma revenda autorizada do fabricante ADOBE há comercializar e entregar registrar em conta junto ao fabricante ao órgão contratante TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA, desde que a nossa empresa forneça em conta cadastrada no fabricante acesso as licenças com validade de assinatura de 36 meses e descritivo ao objeto contratado."



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Em sua manifestação ([0662965](#)), o pregoeiro reconheceu que não foi oportunizado à empresa RM NOTEBOOK, 1ª colocada no certame, prazo para a regularização da sua certidão vencida perante a Fazenda Nacional. Em função disso, a referida empresa foi habilitada com irregularidade. Entretanto, tendo em vista que a Administração tem o dever de rever os atos quando irregulares e passíveis de serem sanados, o pregoeiro entendeu pela necessidade de retorno à fase de habilitação, a fim de sanar a irregularidade detectada. Justifica que o retorno para a fase de habilitação no sistema só seria possível com o julgamento fictício dos recursos, única forma técnica de sanear o procedimento, conquanto, sem o julgamento do mérito dos recursos. Após, prosseguiu o pregoeiro fixando nova data e horário para a reabertura do certame.

Cumpridas as fases de julgamento de propostas e habilitação, o Pregoeiro declarou vencedora do certame a licitante MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA - CNPJ 04.198.254/0001-17, conforme evento [0653339](#). Valor da proposta obtido na fase de lances: R\$ 13.859,00 (treze mil oitocentos e cinquenta e nove reais). Todavia, tendo em vista os registros dos recursos anteriores, o sistema não permite a adjudicação pelo pregoeiro do certame, exigindo, portanto, que esta seja feita pela Autoridade Competente.

O Pregoeiro juntou aos autos a Ata Complementar nº 1 ([0665812](#)); o Resultado por Fornecedor ([0665872](#)) e o Relatório do Pregoeiro ([0665898](#)), nos quais consta o registro de todo o procedimento licitatório.

Mediante o Parecer Jurídico nº 9/2021 ([0668748](#)), a Assessoria Jurídica opinou, em síntese, pela adjudicação do objeto em favor da empresa MRC SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA., CNPJ Nº 04.198.254/0001-17, já que demonstrado nos autos condições para contratação com o setor público, e homologação do certame, com fundamento no art. 4º, XXI e XXII, da Lei nº 10.520/02.

Analizados os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos na conclusão do parecer supracitado, constata-se que foram obedecidos os princípios e procedimentos das Leis n. 8.666/93 e n. 10.520/2002 e do Decreto n. 10.024/2019, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([0655088](#)) e Ata Complementar nº 1 ([0665812](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Conclui-se, portanto, que a decisão do Pregoeiro, avaliou todas as razões dos recursos ([0655426](#) e [0655427](#)) e contrarrazões ([0658027](#)), com suporte em normas pertinentes ao assunto, seguindo fielmente as regras editalícias e não merece reforma.

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, esta Diretora-Geral:

a) **HOMOLOGA O PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO SRP nº 01/2021 ([0649080](#))** com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei n. 10.520/02; e

b) **ADJUDICA o objeto do certame em favor da empresa MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA.**, CNPJ nº 04.198.254/0001-17, já que demonstrado nos autos condições para contratação com o setor público, com fundamento no art. 4º, XXI, da Lei n. 10.520/02.

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à SLC para juntada do extrato de sua homologação e publicação do resultado do certame no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral e anexar o comprovante aos autos.

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC, para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 16/03/2021, às 18:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.